

OS FUNDAMENTOS DE ADAM SMITH: SOBRE A CONFIANÇA, A FÉ E OS LIVRES MERCADOS*

Jerry M. Evensky¹
Syracuse University /USA

Resumo: Quando a confiança é abalada, indivíduos retrocedem e o sistema de mercado se contrai. Onde a confiança cresce, a energia individual e a criatividade são liberadas e o sistema cresce. Na visão de Adam Smith do progresso da humanidade, a confiança é o tema central. A Grande Recessão representa um clássico caso de uma crise de confiança. Olhando para o trabalho de Smith, temos insights sobre o papel dos cidadãos e do Estado em criar um ambiente de mercado frutífero baseado na confiança e o desafio deste processo, dado a fragilidade humana dos indivíduos (infelizmente, nós não somos anjos) e o potencial para o poder do Estado ser captado e fonte de abuso.

Palavras-chave: Confiança, mercado, progresso, governo, Adam Smith.

Abstract: When trust is shaken, individuals pull back and the market system contracts. Where trust grows, individual energy and creativity are unleashed and the system grows. In Adam Smith's vision of humankind's progress, trust is the central theme. The Great Recession represents a classic case of a crisis of trust. Looking back to the work of Smith offers insight into the role of citizens and the State in creating an fruitful market environment based on trust, and the challenge of this process, given the human frailty of individuals (unfortunately, we are not angels) and the potential for State power to be captured and abused.

Keywords: Trust, market, progress, government, Adam Smith.

I. Sobre a confiança e a fé em Smith – uma introdução.

“Confiança” e “fé” não são palavras comumente associadas com Adam Smith. Frequentemente associamos o seu nome junto com os termos “autointeresse”, *laissez-faire* e mais sabidamente com a ideia de “mão invisível” (*The Wealth of Nations*, WN, p. 456). Na tradição difundida sobre a visão de Smith, a energia que impulsiona o esforço individual deriva do autointeresse, a liberdade de escolha concedida pelo *laissez-faire* libera essa energia e o

* Tradução realizada por Everton Maciel e Aleph Cedrim Barbalho com revisão de Evandro Barbosa.

¹ Departamento de Economia, Maxwell School, Universidade de Siracusa. Devo agradecer a Sam Fleischacker por cada e-mail trocado, e dois revisores dedicados por cada comentário, sugestão e correção iluminada. Saliento que as interpretações oferecidas e eventuais erros que possam ser encontrados me pertencem.

funcionamento mágico dos mercados, guiado pela mão invisível, torna-se a mais produtiva fonte da riqueza das nações.

Essas associações não são incorretas. Na análise de Smith, o autointeresse é a fonte da energia que conduz cada indivíduo na “esperança de melhorar sua condição” (WTN, p. 99). A “liberdade ilimitada” (WTN, p. 833) concedida pelo *laissez-faire* é essencial se essa energia individual deve ser liberada. Mercados podem parecer mágicos em suas habilidades para coordenar os trabalhos das legiões de indivíduos autônomos que contribuem para trazer ao mercado tais coisas como um simples “casaco de lã... que cobre o trabalhador” (WTN, p. 22)². Mas a tradição sobre Smith nos ensina que esta energia é desencadeada quase que magicamente pela liberdade humana... e apenas onde a confiança prevalece.

Como dito, a “confiança” é empiricamente fundamentada e provável. Confiamos em um grau consistente com a nossa percepção das evidências disponíveis. No interagir humano, confiamos em indivíduos e instituições à medida que se mostraram, ao longo do tempo, dignos de confiança. A fé é um salto – para além do cálculo racional da confiança provável – para um acreditar indubitável.

Se todos os indivíduos fossem anjos, poderíamos levar em conta a fé e não a evidência – sem a necessidade de um cálculo probabilístico –, mas em todas as interações de mercado (na verdade, em todas as interações) lidamos com indivíduos cujo comportamento está submetido às regras da justiça. Neste caso, os “custos de transação” (WILLIAMSON, 2000, p. 599) associados à proteção pessoal contra o risco do comportamento imoral ou antiético seriam zero, pois não há tal risco quando lidando com anjos. Neste mundo ideal, o *laissez-faire* faz perfeito sentido, pois é um mundo perfeito. Mas, na análise de Adam Smith, este é um limite normativo, um ideal com o qual comparamos o real. Na análise verdadeira de Smith, abandonamos o reino da fé e o problema se torna a confiança. Quando nos envolvemos no mercado, devemos nos perguntar: a que ponto podemos confiar na integridade dos outros indivíduos envolvidos em uma possível negociação? À medida que nossa confiança

² Smith oferece este maravilhoso e poderoso exemplo para representar a incrível complexidade da organização do mercado, exigida para amortecer algo que vemos como muito costumeiro e mundano: “Observe-se o suprimento do mais vulgar artífice ou jornaleiro num país civilizado e próspero, e verificar-se-á que o número de pessoas cuja atividade, ainda que só numa pequena parte, foi necessário empregar para lhe proporcionar esse suprimento, excede todas as possibilidades de cálculo. Por exemplo, o casaco de lã que cobre um jornaleiro, por mais grosseiro e tosco que possa parecer, é o produto do labor combinado de grande número de trabalhadores. O pastor, o classificador da lã, cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o curtidor, e muitos outros, têm de reunir as suas diferentes artes...” (WN, p. 22-23). Sua lista das mãos envolvidas neste processo continua por quase toda página.

diminui, aumentam os custos de transação associados à proteção contra o risco de comportamentos imorais ou antiéticos.

Toda interação de mercado envolve um cálculo probabilístico do risco percebido para que os custos da transação possam ser estimados. Isto é um desafio em uma associação particular. É um desafio assustador no sistema de mercado global. No sistema econômico ampliado é improvável que se tenha informação direta sobre a confiabilidade das outras partes envolvidas, então em um ambiente de *laissez-faire*, recorre-se aos intermediários. Trata-se da avaliação de risco feito por outros que, por sua vez, devem eles mesmos ter seu risco avaliado. Enquanto as camadas desta filtragem de informações de risco engrossam, as fontes da informação passam daquelas quase transparentes para as quase opacas. Em um sistema econômico complexo, estamos frequentemente fazendo cálculos de risco encobertos por um opaco “véu da incerteza” (BUCHMAN, 1991, p. 47). Nunca estamos seguros sobre como calcular o cálculo de risco, muito menos o risco em si. Esta opacidade do risco, quando a única regra é *caveat emptor* [cuidado, comprador!], torna as coisas perigosas³, mas Smith acreditava que não precisava ser assim.

Na análise de Smith, o estabelecimento de um sistema de leis positivas e as instituições para implementar e forçar essas leis fornece uma imperfeita, mas potencialmente construtiva, solução para avaliar o risco em um mundo menos angelical. Reduz riscos estabelecer regras de justiça e garantir que o alinhamento de incentivos institucionais encoraje indivíduos a seguir essas regras, não importando a ética dos indivíduos ou falta dela. Essa “política” (LJB⁴, p. 389; i.e., regulação) de interações de mercado chega a aumentar a confiança, e os custos de transação são reduzidos, assim um engajamento produtivo maior do mercado é encorajado. A socialização de indivíduos como cidadãos também chega a inserir “um senso de dever” (*Theory of Moral Sentiments* (doravante, TMS), p. 161-162) no grupo, uma ética civil

³ Além disso, muitos indivíduos não calculam sequer os riscos simples de maneira precisa, eles tendem a ver suas próprias previsões como apostas melhores do que as probabilidades objetivas: “Que a possibilidade de ganho é naturalmente sobreavaliada é um facto que pode verificar-se pelo êxito universal das loterias. O mundo nunca viu, e nunca verá, uma loteria perfeitamente equitativa, ou seja, uma em que o ganho total compense a perda total porque, num tal caso, o promotor nada ganharia com ela... A vã esperança de ganhar alguns dos prêmios grandes é a única razão de ser desta procura... Não há, contudo, em toda a matemática, proposição mais certa que a que afirma que, quanto mais bilhetes comprarmos, tanto mais certa será a perda. Comprem-se todos os bilhetes da loteria e ter-se-á a certeza de perder; e quanto maior o número de bilhetes comprados, tanto mais nos aproximaremos dessa certeza” (WN, p. 122, 125). E segue: “graças à confiança que os homens, por natureza, têm na sua própria sorte, se baseia o êxito de todas as loterias...” (WN, p. 918).

⁴ *Lectures on Jurisprudence* de Adam Smith alimenta dois grupos: o primeiro é conhecido como o “*Report of 1762-3*” e o outro “*Report dated 1766*”. Seguindo o uso padrão, eu vou citar o primeiro como LJA e o segundo como LJB.

incorporando leis positivas⁵, e podemos confiar que indivíduos possam policiar seus próprios comportamentos; o papel de policiamento do governo e o custo da aplicação da comunidade base é menor⁶.

Idealmente, temos fé em nossos concidadãos; na realidade, confiamos neles. Quanto mais fraca a confiança, maior os custos de transações e mais retraído fica o mercado. O governo pode aumentar a confiança e reduzir este custo ao estabelecer padrões de interação de mercado e alinhar incentivos (incluindo punições) para que indivíduos sigam esses padrões com mais previsibilidade. Neste papel, o governo não micro gerencia a escolha individual; ele limita o escopo das escolhas. Nos termos da *Constitutional Economics* de James Buchanan, isto representa o governo colocando e aplicando as regras do jogo dentro das quais todas as estratégias são justas para os jogadores. Neste jogo, limitado por regras, a busca criativa do sucesso no mercado pode maravilhosamente recompensar o indivíduo e a sociedade.

II. A confiança e a emergência dos mercados em Smith.

Smith vislumbra a humanidade como evoluindo através de quatro estágios de progresso. Essa dinâmica começa no “estado rudimentar” (*WN*, p. 276) de caçar e coletar e passa para estágio sucessivo de pastoreio e, então, a agricultura; até que ela atinja o que é, de acordo com Smith, o final e mais maduro estágio: aquele de um livre mercado, a sociedade comercial. A maior parte da obra de Smith é dedicada a traçar a história deste progresso referente aos quatro estágios da humanidade com o objetivo de selecionar os princípios que tornam o progresso possível. Se há um princípio constante, de acordo com Smith, ele sempre deve ser estabelecido em meio a cada transição, de modo que o progresso continue sua caminhada. Trata-se do estabelecimento de um sistema de estruturas institucionais e ética individual que é consistente com a confiança necessária para que a sociedade se mantenha unida em forma cada vez mais complexa.

⁵ “O respeito às regras gerais de conduta é o que se chama propriamente senso de dever, princípio da maior importância na vida humana, e o único pelo qual a maioria da humanidade é capaz de ordenar suas ações... Da razoável observância desses deveres depende a própria existência da sociedade humana, a qual desmoronaria se nos homens não se incutisse uma reverência por essas importantes regras de conduta” (TMS, p.161-162, 163).

⁶ Ver: EVENSKY (2005, cap. 2, 3, 4) para uma discussão mais precisa sobre a análise de Smith do desenvolvimento de valores civis e da cidadania, e a importância desta dinâmica para o progresso social.

Uma sociedade de caçadores e coletores é diminuta, porque os meios disponíveis de subsistência são muito limitados. Nesta pequena comunidade, possíveis quebras de confiança são igualmente limitadas. O que mais ocorre são danos pessoais e ofensas, porque “entre selvagens a propriedade começa e termina com a posse e eles parecem limitados demais para ter uma ideia das coisas como sendo suas, quaisquer coisas que não sejam seus próprios corpos” (LJB, p. 4460).

Por ser uma sociedade pequena, a confiança é policiada primeiro e principalmente pelos próprios indivíduos. Se alguém se sente injustiçado, isso gera ressentimento e a punição vem com a mera vingança. Existe um entendimento mútuo de que a vingança é a pena para quebras de confiança, e isto encoraja o autopolicamento que, por sua vez, propicia a confiança. Mas mesmo nesse estado rudimentar, um sistema rudimentar de policiamento institucional emerge através de concelhos tribais que julgam conflitos. Eles surgem para evitar o possível caos decorrente de justiceiros fazendo justiça com as próprias mãos. Em sua análise desse primeiro estágio do progresso da humanidade, vemos Smith começar a desenvolver um tema que é a constante em seu modelo construtivista de uma sociedade humana: “Ordem e bom governo” (WN, p. 405) asseguram que regras de justiça são definidas e aplicadas essencialmente para a confiança mútua entre os cidadãos. Tal confiança é *sine qua non* para a coesão social. A ausência deste tipo de confiança faz com que uma sociedade se degenera em uma guerra de todos contra todos.

A sociedade, entretanto, não pode subsistir entre os que estão sempre prontos a se machucar e ofender. No momento em que tem início a ofensa, no momento em que se instalam ressentimento e animosidade mútua, rompem-se todos os elos da sociedade, e os diferentes membros de que ela consistia ficam como se dissipados e espalhados pela violência e oposição de seus afetos discordantes. Se existe qualquer sociedade entre delinquentes e assassinos, estes pelo menos devem, segundo o senso comum, abster-se de roubar e assassinar uns aos outros. A beneficência é, assim, menos essencial à existência da sociedade que a justiça. A sociedade poderá subsistir, ainda que não segundo a condição mais confortável, sem beneficência, mas a prevalência da injustiça deverá destruí-la completamente. Sem este mínimo, o grande, o imenso tecido da sociedade humana deve, em algum momento, se transformar em um amontoado de átomos (TMS, p. 86).

O segundo estágio do progresso da humanidade é o pastoreio. A complexidade aumenta neste segundo estágio porque “entre pastores a ideia de propriedade é ampliada” (*LJB*, p. 460). “Esses animais que são os mais adaptados para o uso do homem... não são os mais usuais, mas são a propriedade de certos indivíduos. As distinções entre ricos e pobres então surgem” (*LJA*, p. 202). Surge um senso de dever, e a maioria dos indivíduos da sociedade pode ser confiada a honrar os direitos de propriedade dos outros, mesmo que não todos. Quando a confiança pessoal acaba, deve haver um mecanismo para assegurar aos donos de propriedades a confiança de que suas posses estão seguras. Além disso, eles incorreriam em custos muito altos, custos improdutivos, para garantir suas propriedades ou haveria o caos. Assim, esta emergência da propriedade privada relevante “torna [o governo] absolutamente necessário... [a propriedade é] o grande recurso em disputa...” (*LJA*, p. 208).

A agricultura, terceiro estágio do progresso da humanidade, pode sustentar uma população muito maior, porque a produção dos meios de subsistência é expandida enormemente. É também neste estágio de agricultura que “a propriedade recebe sua maior extensão” (*LJB*, p. 460). Esta expansão da sociedade e da complexidade dos seus problemas não é mais suficiente para o sistema de leis positivas ser “diminuto: [com] poucas distinções internas de modo que todo homem o entenderia independente de qualquer lei escrita ou estável” (*LJA*, p. 213). “Leis escritas e formais são um grande refinamento do governo” (*LJA*, p. 213) e, devido à complexidade dos problemas envolvendo direito de propriedade em expansão, é no estágio da agricultura que a institucionalização de um sistema de leis formal positivo é estabelecido.

Sem tais instituições, a disputa e injúria potenciais se amplia significativamente e a sociedade pode se degenerar em conflito permanente. Onde instituições emergem para assegurar a confiança e a segurança, o progresso é possível.

O tema central da análise dos quatro estágios de Smith é claro: sem a confiança não pode haver progresso.

III. A confiança em um sistema de mercado comercial em Smith.

Para Smith, o comércio é o mais avançado estágio do progresso da humanidade, porque um sistema de mercado comercial saudável assegura maior riqueza para a nação e, assim, maior capacidade de aprimorar o bem-

estar da sociedade⁷. Se a natureza da riqueza que provê este bem-estar são os frutos da produção⁸, a causa desta riqueza é uma crescente reserva de capital para financiar um comércio em expansão⁹. O capital é a condição *sine qua non* do progresso comercial, e a confiança é essencial para o capital.

Claramente, não há incentivo para acumular capital se essa reserva está sempre vulnerável ao capricho e poder de indivíduos e instituições que não sentem impedidas por nenhum limite ou restrição em tomá-lo para si. O cenário da acumulação depende, então, da confiança de que essa riqueza acumulada estará segura. Os limites e restrições da ética civil e da lei positiva são as únicas barreiras entre a riqueza de alguém e sua perda para uma ganância irrestrita¹⁰.

Em um sistema de mercado comercial em expansão e não povoado por anjos, o governo, sozinho, não é suficientemente restritivo. O comércio dinâmico e criativo depende da liberdade de escolha dos indivíduos. Se, em uma sociedade livre, escolhas individuais não são limitadas pela ética cívica, a expansão do policiamento governamental exigido para reforçar contenções apropriadas poderia transformar tal sociedade livre em um estado policial. Apenas onde a maioria dos indivíduos segue os ditames da ética civil é que se pode dimensionar claramente quão trabalhoso será para a polícia governamental conter aqueles poucos não-éticos.

⁷ Sua métrica desse bem-estar é a condição das minorias, em meio a classe trabalhadora: "Os criados, os trabalhadores agrícolas e os operários de diferentes tipos constituem de longe a maioria em qualquer grande sociedade política. E o que melhora as condições de vida da maior parte nunca pode ser considerado prejudicial ao todo. Nenhuma sociedade pode certamente ser florescente e feliz, se a maior parte dos seus membros for pobre e desgraçada. Além disso, não é mais do que simples equidade que aqueles que alimentam, vestem e proporcionam habitação a todo o conjunto de pessoas, desfrutem de uma parcela do produto do seu próprio trabalho que lhes baste para que andem eles próprios suficientemente bem alimentados, vestidos e abrigados" (WN, p. 96).

⁸ "O consumo é o único fim e propósito de toda a produção; e o interesse do produtor só deveria ser atendido na medida em que possa ser necessário para se promover o interesse do consumidor. Isto é tão evidente que seria absurdo tentar prová-lo" (WN, p. 660).

⁹ Smith acreditava na importância do capital, mas ele estava preocupado com o que eu chamei (Evensky 2005) de "dilema do capital". "Este dilema pode ser melhor descrito como se segue: a acumulação do capital necessário para o progresso do desperdício... parece fazer surgir uma classe de acumuladores que, sendo poucos em número, aproveitam a concentração do controle sobre o capital que os empodera para extorquir vantagens do mercado, ou diretamente ou através do governo, em busca de retorno maior do seu capital" (p. 289).

¹⁰ Observa-se aqui, como veremos logo mais, que taxas não são a ganância do governo, por definição. Políticas fiscais responsáveis do governo para prover serviços apropriados exigem taxação, e entre os princípios de Smith para uma política de taxas adequada, ele escreve que quando as despesas são calculadas em "benefício geral da sociedade no seu todo... que elas fossem pagas através duma contribuição geral de toda a sociedade, com a participação de todos os seus membros, tanto quanto possível em proporção com as suas posses" (WN p. 814).

Mas o governo deve fazer essa medição por si mesmo. Se aqueles que controlam essas poderosas instituições não são, eles mesmos, limitados pela ética cívica, o poder do governo pode ser empregado para o propósito estabelecido idealmente, o de policiar a ganância irrestrita. Nós vamos retornar a esse desafio do governo abaixo. Nosso ponto aqui é que, na análise de Smith, o sucesso de um sistema de livre mercado comercial depende da confiança dos cidadãos de que os seus concidadãos são, em geral, bons cidadãos e que o governo proverá o policiamento para desencorajar comportamentos destrutivos desses poucos que não são tão bons assim. Além dessa confiança, não haveria qualquer incentivo para construir o fundamento do comércio: a acumulação de capital.

A confiança de que a acumulação é segura é necessária, mas não suficiente para o comércio. Ter riqueza para investir não significa que se vai, de fato, investi-la. Smith teve a visão do investimento como o comprometimento do capital de alguém a um circuito de produção¹¹. De fato, segundo Smith, a riqueza acumulada apenas se torna capital, quando ela é envolvida em um circuito autoexpansivo. Alheia ao circuito, ela é usada para consumo corrente ou fica ociosa como um “estoque morto” (*WN*, p. 320).

Do capital que alguém compromete no circuito de produção, sempre resta algum recurso por perto. Este é o capital fixo. Da outra parte do recurso se abre mão, de maneira compromissada. Esse é o capital circulante. Há riscos em ambos os casos: um celeiro pode pegar fogo; um navio pode se perder no mar. Mas os riscos com o capital em circulação envolvem uma dimensão adicional de confiança, pois o capital circulante passa pelas mãos de outros. A disposição de alguém para dar o controle desse capital a outros deve certamente ser um elemento de confiança desse alguém a respeito da segurança dessa riqueza que se disponibilizou. Considere o dinheiro, por exemplo, como “parte do capital circulante de uma sociedade...” (*WN*, p. 288).

Quando ouro e prata surgiram como um meio de troca, se tornou necessário estabelecer

algum recurso para assegurar com confiança do peso e da qualidade. Efetivamente, a cunhagem assegura mais exatidão. O público, descobrindo o quanto isso tenderia a facilitar o comércio, colocou um selo sobre certas peças, de maneira que qualquer um que as visse poderia ter a fé pública [confiança, como definimos aqui] de que eram de certo peso e qualidade; foi a primeira marcação sobre a moeda, tendo importância imperativa (*LJB*, p. 500-501).

¹¹ Ver: EVENSKY (2005, cap. 6) para uma discussão detalhada da análise do circuito de produção de Smith.

Aqui novamente vemos o papel essencial do governo em garantir a confiança.

Com a disponibilidade do crédito, o problema da confiança se expandiu da credibilidade sobre a moeda em si para a credibilidade dos bancos e dos seus clientes.

Um particular que empreste dinheiro a meia dúzia ou uma dúzia de indivíduos tem possibilidade de, quer por si mesmo, quer por intermédio dos seus agentes, observar e inquirir, constante e cuidadosamente, o comportamento e a situação de cada um deles. Mas uma companhia bancária, que concede crédito a talvez quinhentas pessoas diferentes e cuja atenção é constantemente ocupada pelas mais diversas coisas, não pode obter informações regulares acerca do comportamento e da situação da maior parte dos seus devedores, para além das que lhe são proporcionadas pelos seus próprios registos (*WN*, p. 306).

Para garantir o merecimento de crédito entre seus clientes, bancos escoceses tradicionalmente exigiam “pagamentos frequentes e regulares” (*WN*, p. 305) da conta envolvida como um modo de monitorar a solvência desses clientes.

A importância da confiabilidade dos bancos mostra que as emissões de notas bancárias podem alavancar a produtividade (*WN*, p. 292), quando eles são confiáveis (*WN*, p. 296). Smith aponta que a Escócia se beneficiou dessa inovação bancária, mas ele nota que isso “exigiu um ato do Parlamento para a regular” (*WN*, p. 297). Smith apreciava o valor de um sistema bancário vibrante, criando crédito para o comércio.

Não é aumentando o capital do país, mas tornando ativa e produtiva uma maior parte dele, que as mais judiciosas operações bancárias permitem incrementar a atividade econômica do país. (...) As criteriosas operações bancárias, ao substituírem por papel grande parte deste ouro e prata, permitem ao país converter uma importante parcela do seu capital morto em capital ativo e produtivo, em capital que produz alguma coisa para o país. A moeda de ouro e prata que circula num país pode muito apropriadamente comparar-se a uma estrada que, embora permita a circulação e transporte para o mercado de toda a produção agrícola do país, em nada contribui para essa mesma produção. As judiciosas operações bancárias, ao proporcionarem, se me é permitido o uso de uma metáfora tão violenta, uma espécie de caminho de carros aéreo, tornam possível ao país como que converter uma grande parte das estradas que o

percorrem em boas pastagens e campos cerealíferos e, desse modo, fazer aumentar muito consideravelmente a produção anual das suas terras e do seu trabalho. Deve, contudo, notar-se que, embora o comércio e a indústria do país possam ganhar certo incremento, eles não poderão com certeza manter-se tão seguros quando se acham assim suspensos das asas de Dédalo do papel-moeda, quanto o eram antes, ao tempo em que se firmavam no terreno seguro do ouro e da prata (*WN*, p. 320, 321).

Um sistema bancário facilita o comércio, mas - como a imagem das “asas de Dédalo” de Smith elucida - ele entende que essa inovação não foi sem riscos significativos. Ele defendia a regulação bancária (*WN*, p. 329) devido ao constante perigo de que “especuladores ousados” (*WN*, p. 304) explorariam o acesso ao crédito para esquemas inescrupulosos.

Para a pessoa de negócios prudente e ética, “os cofres do banco... lembram um lago de água: apesar de um riacho correr continuamente por fora, ainda assim um outro está continuamente correndo por dentro, completamente igual ao que corre em paralelo; deste modo, sem maiores cuidados ou atenção, o lago continua sempre igual, ou quase igualmente cheio. Para reabastecer os cofres de um tal banco pouco ou nada é necessário” (*WN*, p. 304). Mas a atividade do especulador imprudente e/ou antiético pode explorar esse acesso a crédito, drenando os recursos do banco e pondo em perigo sua solvência.

Smith cita como exemplo “a prática de sacar e reaplicar” (*WN*, p. 308) notas provenientes de câmbio. Isto é, de fato, empenhar títulos para cobrir títulos anteriores. Ao “sacar e reaplicar umas sobre as outras... [e] desconta[r] seus papéis algumas vezes com um banqueiro e outras vezes com outro” (*WN*, p. 311), tais golpistas podem tirar uma grande parte do crédito de um banco. Se um “grande círculo de especuladores” está envolvido, é “difícil ou impossível distinguir entre uma nota de câmbio real ou fictícia; entre uma nota sacada por um credor real de um devedor real e uma nota para a qual não havia propriamente um credor real, mas o banco que a descontou; ou qualquer devedor real, mas o especulador que fez uso do dinheiro” (*WN*, p. 312). Esse esquema se torna uma armadilha para o banco porque, mesmo se descubra o esquema, é perigoso parar de emprestar. Se recusar a continuar alimentando a fera pode trazer o esquema inteiro abaixo, e derrubar o banco com ele.

Esse tipo de esquema pode ser evitado com uma avaliação responsável, e mitigando o risco bancário. Smith escreve que os “agenciadores e outros empresários podem, sem dúvida, com grande propriedade, levar à cabo uma considerável parte dos seus projetos com dinheiro emprestado. Em

justiça aos seus credores, no entanto, seu próprio capital deve, neste caso, ser o suficiente para assegurar o capital deles, se assim posso dizer...” (*WN*, p. 307). Mas como Smith demonstra, os bancos têm um histórico pouco cuidadoso, tampouco de comportamento responsável¹². Como uma falha do sistema bancário é uma calamidade pública, Smith sentiu que era absolutamente razoável e responsável o governo policiar os bancos para assegurar a confiança pública no sistema bancário.

Sobre a regulação dos bancos¹³, Smith escreve:

Não há dúvida de que regulamentações deste gênero podem, em alguns aspectos, ser consideradas como uma violação da liberdade natural. Mas as leis de todos os governos impedem, ou deviam impedir, todo o exercício de liberdades naturais por parte de um pequeno número de indivíduos desde que se mostre suscetível de colocar em perigo a segurança de toda a sociedade; isso acontece com os governos mais livres como com os mais despóticos. A obrigação de construir paredes refratárias para impedir a propagação dos fogos constitui uma violação da liberdade natural, exatamente do mesmo gênero que as regulamentações do comércio bancário que aqui são propostas. (*WN*, p. 324).

Em cada novo estágio do progresso humano, o contexto se altera, mas o tema de Smith é constante. Se o comércio deve ser construtivo, todo participante deve aproveitar em grande medida a confiança da qual qualquer outro que está seguindo as regras designadas para um processo construtivo. Essa confiança começa com a confiança na ética cívica dos outros participantes, mas tal ética não é impecável, nem é verificável ou obrigatória. Do mesmo modo que a opacidade das informações privadas acessíveis torna a confiança um problema, a verificação e/ou cumprimento do comportamento ético deve, em última instância, vir do policiamento do governo.

IV. O desafio do governo – facção e a captação da “política” em Smith.

Smith reconheceu que, enquanto o governo é essencial, ele é também é um problema. Muito frequentemente o poder do governo para legislar está

¹² Smith apresenta uma análise ampliada da crise causada pelo Ayr Bank (*WN*, p. 313-315). “as operações daquele banco tiveram por consequência agravar a crise real do país, que ele tinha tido por objetivo debelar, e efetivamente aliviaram de uma profunda crise os rivais que ele tinha tido por fim suplantar” (*WN*, p. 315).

¹³ O problema que ele está discutindo especificamente neste contexto é o papel de uma pequena denominação que ele acredita que o governo não deveria permitir.

nas mãos daqueles cujo objetivo não é a competição construtiva, mas a vantagem competitiva. Contemporaneamente, a competição sobre o controle do direito governamental de legislar recai sobre facções que captam o policiamento para as suas estreitas e autorreferidas definições “do bem”: “Mesmo diante dos melhores Juizes do universo, eles [(os membros de uma facção)] inserem os seus preconceitos pessoais e frequentemente veem aquele Ser Divino como animado por todas as suas vindicativas e implacáveis paixões. De todos os corruptores dos sentimentos morais, portanto, a facção e o fanatismo têm sido de longe os maiores” (*TMS*, p. 156).

Para Smith, a chaga das facções na Grã-Bretanha da sua época era dirigida pelo do “Sistema Mercantil” (*WTN*, p. 642). Esta facção advogava com a “confiança passional da falsidade interessada” (*WTN*, p. 496) para políticas que foram projetadas propositalmente para aumentar a riqueza da nação, mas tiveram, de fato, o objetivo de monopolizar os canais de troca (especialmente com as colônias americanas) para a conseguir vantagem aos próprios mercadores e fabricantes que estavam assessorando o governo sobre a causa e a natureza da riqueza das nações. “Na maior parte das regras sobre as trocas com a colônia, os mercadores que as levavam adiante, salientamos, têm sido os principais conselheiros. Assim, não devemos nos admirar, se, na maior parte das regras, seus interesses tenham sido mais considerados do que aqueles das colônias ou da pátria mãe” (*WTN*, p. 584).

Enquanto o monopólio aumentava, também cresciam os recursos e o poder dessa facção mercantil em ter sua voz ouvida e, por outro lado, extinguir as vozes daqueles que resistiam à suas demandas.

Este monopólio veio aumentar tanto o número de certos grupos que, tal como um exército crescente, se tornaram temíveis para o governo, e em muitas ocasiões intimidaram os legisladores. O membro do parlamento que apoiar qualquer proposta com vista ao fortalecimento deste monopólio está certo de conquistar não só a reputação de ser conhecedor das questões comerciais, como ainda grande popularidade e influência junto de uma espécie de homens a quem o número e riqueza conferem grande importância. Pelo contrário, se se lhes opuser, e ainda mais se possuir autoridade suficiente para os contrariar, nem a probidade mais notória, nem a mais alta estirpe, nem sequer os maiores serviços públicos prestados o poderão proteger das injúrias e calúnias mais infames, dos insultos pessoais, nem, por vezes, do verdadeiro perigo, resultantes do ultraje insolente de furiosos e frustrados monopolistas (*WTN*, p. 471).

Segundo Smith, as propostas de mercadores e fabricantes deveriam

ser sempre escutada com as maiores precauções, e nunca deveria ser adoptada sem ter sido antes longa e cuidadosamente analisada, não só com a mais escrupulosa atenção, mas também com a máxima desconfiança. Ela provém de uma classe de indivíduos cujos interesses nunca coincidem exatamente com os do público, que têm geralmente como objetivo fraudá-lo e mesmo oprimi-lo, e que o têm efetivamente, em muitas ocasiões, fraudado e oprimido (*WN*, p. 267).

Segundo Smith, esta proliferação das facções foi uma doença potencialmente fatal que, se não tratada, destruiria o sistema britânico de liberdade entre mercado e indivíduos. As facções estavam desviando o fluxo do capital de inúmeros canais para os quais deveria fluir em direção àqueles poucos que mais facilmente monopolizavam o fluxo, criando o risco de “ruptura” (*WN*, p. 605) com consequências potencialmente catastróficas. Este risco e as custas de manter tal monopólio eram suportadas não pelos beneficiários do monopólio¹⁴, mas pela sociedade como um todo.

Smith estava preocupado com as facções e com o desvirtuamento da política do governo enquanto escreveu *The Wealth of Nations* em sua casa em Kirkcaldy, Escócia, entre 1767 e 1773. Estas preocupações se tornaram muito mais aguçadas quando ele viajou para Londres em 1773 para a publicação do seu livro. Ele esperava o material completo nos meses da sua chegada em Londres, mas o atraso foi até 1776¹⁵. Muito deste atraso deveu-se às revisões que ele fez no manuscrito enquanto compreendia, na sede do governo, diretamente na fonte (“*inside the beltway*”, como poderia dizer hoje), o enorme poder da facção mercantil¹⁶. Outro indicativo de sua paixão pelo problema é a trajetória da sua carreira e seus escritos posteriores à publicação inicial de *The Wealth of Nations* em 1776¹⁷.

¹⁴ Ver: EVENSKY (2005, cap. 9) para uma discussão da análise de Smith das consequências de uma grande dívida pública acumulada pelo governo britânico nas guerras lutadas para proteger os interesses da facção mercantil.

¹⁵ Em 3 de setembro de 1772, Smith escreve para o Sir William Pulteney: “meu livro estaria pronto para ser impresso no começo deste inverno, mas interrupções... [que] vão me obrigar a atrasar a publicação por alguns meses a mais” (*Correspondence*, p. 164). De fato, levou anos, não meses, para completá-lo.

¹⁶ Smith gasta muitas páginas concebendo o projeto de um esquema de taxaço ótimo para bens trocados internacionalmente, para maximizar a receita, enquanto ao mesmo tempo elimina as barreiras causadas pelo monopólio, tomando a troca mais fluida e desencorajando o contrabando – muito disso foi escrito em Londres, como fica claro pela referência ao ano de 1775 no texto. Ver, por exemplo, *WN*, p. 888, 896, 917, 923, 937.

¹⁷ Para mais sobre a evolução do trabalho aqui descrito de Smith, ver: EVENSKY (2005, cap. 8).

Financeiramente bem organizado na vida, Smith procurou uma posição como Comissário das Alfândegas. Ele procurou este cargo porque queria compreender mais sobre as estratégias das facções mercantis. O cargo oferecia acesso direto às dinâmicas da influência política dos mercantilistas.

Baseada na sua experiência alfandegária, em 1784, Smith publicou “Adições e Correções” em *The Wealth of Nations*. A mais significativa foi um novo capítulo intitulado “Conclusão do Sistema Mercantil” (WN, p. 642). Trata-se de uma condenação incisiva, bem documentada e crítica, das distorções criadas pelas políticas autorreferentes, implementadas a mando dos mercantilistas.

Mas importa muito mais para ressaltar o problema da confiança, que estamos explorando aqui, a última obra. Em 1790, ano em que morreu, Smith publicou uma edição revisada da *Theory of Moral Sentiments*. A alteração mais significativa foi uma parte nova e completa, intitulada “Do Caráter da Virtude”, escrita para apelar aos líderes do futuro: que se movessem, ao menos em parte, para além das facções e guiassem a política não pelo interesse parcial, mas pelos interesses comuns da cidadania.

Claramente, ele escreveu que “organizações particulares e sociedades” surgirão em todo o país. O desafio encarado pelo líder deve ser procurar servir ao bem-comum é criar uma ordem dentro da qual os “poderes, privilégios e imunidades” das “organizações particulares e sociedades” fiquem equilibrados para que não haja uma facção privilegiada (TMS, p. 230).

“A distribuição particular que tem sido feita dos seus poderes, privilégios e imunidades, depende da constituição daquele estado particular” (TMS, p. 230). Esta “constituição” invariavelmente representa também um delicado e contestável equilíbrio de interesses. Ainda é assim “em tempos de descontentamento público, facção e desordem” (TMS, p. 231). Nestas condições, a nação precisa de um líder sábio que governará para o bem-comum.

Em tempos de desordem civil, os líderes dos partidos em disputa, embora possam ser admirados por metade de seus concidadãos, são comumente execrados pela outra...

O líder do partido bem-sucedido, todavia, se tem autoridade suficiente para induzir seus amigos a agir com a temperança e moderação apropriadas (e frequentemente não a tem), pode às vezes prestar a seu país um serviço muito mais essencial e importante do que as maiores vitórias e mais vastas conquistas. Pode restabelecer e melhorar a constituição, e, por causa do próprio caráter

muito duvidoso e ambíguo de um líder de partido, pode assumir o maior e mais nobre de todos os caracteres, o de reformador e legislador de um grande Estado; e, pela sabedoria de suas instituições, assegurar a tranquilidade interna e a felicidade de seus concidadãos por muitas gerações sucessivas (*TMS*, p. 231-232).

Para Smith, este sábio “reformador e legislador” é essencial ao progresso cívico, pois apenas tal líder tem o caráter para resistir aos apelos e se posicionar contra a intimidação das facções. Apesar de um estadista poder liderar baseado na ideia *E Pluribus Unum* [*de muitos, um*], tal governo estabelece justiça para todos.

O comércio e as manufaturas dificilmente se desenvolverão num Estado em que não se faça uma administração correta da justiça, em que o povo não se sinta seguro da posse da sua propriedade, em que a boa-fé dos contratos não seja apoiada pela lei, e em que a autoridade do Estado não seja devidamente empregue para obrigar as pessoas a pagar as suas dívidas, sempre que o possam fazer. Numa palavra, o comércio e as manufaturas não terão possibilidade de se desenvolver num Estado em que não haja um certo grau de confiança na justiça do governo (*WN*, p. 910).

Quando cidadãos têm esta confiança, a sociedade pode florescer. Sob tal constituição, os cidadãos individualmente sentem que o sistema de justiça é justo com eles e, portanto, merece sua aceitação e adesão individuais. Esse comprometimento comum à ética cívica aumenta a confiança comum e reduz o papel do governo, liberam, com ambas as coisas, energia e criatividade em um envolvimento crescente com o mercado.

Sem a confiança na justiça das instituições, não há comprometimento entre os indivíduos. Não há ética cívica comum com a qual se comprometer. Essa falta de confiança no governo aumenta o custo de manter a estabilidade social e diminui a produtividade da sociedade.

Smith cita, como um exemplo extremo de não comprometimento, os escravos: eles não têm “nada que os ligue afetivamente aos seus senhores e a mais severa disciplina era necessária para os manter em seus trabalhos” (*LJA*, p. 178). Por essa razão, a escravidão é um sistema de produção ineficiente em si.

Geralmente, onde o governo é percebido como injusto, indivíduos ignoram a autoridade do governo e voluntariamente violam o que acreditam serem regras injustas. Exemplificando, Smith cita o fato de que os perversos

incentivos das políticas mercantilistas da sua época encorajavam o contrabando.

[O] contrabandista; uma pessoa que, embora sem dúvida altamente censurável por violar as leis do seu país, é muitas vezes incapaz de violar as da justiça natural e teria sido, em todos os aspectos, um excelente cidadão se as leis do país não tivessem feito disso um crime que a natureza nunca decidiu que assim fosse. Nesses governos corruptos onde há pelo menos uma suspeição geral de muita despesa desnecessária e grande má aplicação do rédito público, as leis que a salvaguardam são pouco respeitadas (*WN*, p. 898)¹⁸.

O governo é confiável e respeitável, ao contrário, quando cidadãos confiáveis honram esse valor por eles mesmos. Smith cita o caso da avaliação de taxas em Hamburgo como um exemplo clássico.

Em Hamburgo todos os habitantes são obrigados a pagar ao Estado um quarto de tudo quanto possuem, e, como a riqueza das pessoas de Hamburgo consiste principalmente em capital, este imposto pode ser considerado como sendo sobre o capital. Toda a gente se tributa a si própria, e, na presença do magistrado, coloca no cofre público uma certa quantia de dinheiro, que declara sob juramento ser um quarto por cento de tudo quanto possui, mas sem declarar a quanto importa, nem ficando sujeito a qualquer inquérito sobre o assunto. Este imposto é geralmente julgado ser liquidado com grande fidelidade. Numa pequena república, onde o povo tem inteira confiança nos seus magistrados e está convencido da necessidade do imposto para a manutenção do Estado e acredita que é fielmente aplicado nesse objetivo, é por vezes de esperar tal pagamento voluntário e consciencioso (*WN*, p. 850).

Confiar no governo pode ser mais difícil em um estado maior, mas um princípio comum vale para todas as sociedades. Como em Hamburgo, o governo é mais bem-sucedido “onde as pessoas têm completa confiança nos seus magistrados, estão convencidas da necessidade da taxa para o sustento do estado e acreditam que será fielmente aplicada para esse propósito...”. Em sociedades maiores, isso implica em usar os poderes do Estado da maneira

¹⁸ “Um imposto pouco judicioso oferece uma grande tentação para a fraude. Mas as sanções para a fraude devem aumentar na proporção da tentativa. A lei, contrária a todos os princípios da justiça, cria primeiro a tentação e depois pune aqueles que a ela cedem. Geralmente encarece a punição em proporção com a própria circunstância que deve certamente aliviar a tentação de cometer o crime” (*WN*, p. 826-827).

mais leve possível, tornando-a eficiente e não intrusiva para continuar as funções do Estado. É um princípio simples, mas um desafio gigantesco implementar isso em um mundo de interesses competitivos. Desafiado, Smith acreditava que os critérios de uma liderança bem-sucedida não é a perfeição.

O homem cujo espírito público é movido inteiramente pela humanidade e benevolência respeitará os poderes e privilégios estabelecidos... de indivíduos, e sobretudo das grandes ordens e sociedades em que se divide o Estado. (...) Quando não puder estabelecer o certo, não desdenhará melhorar o errado; mas, como Sólon, quando não puder estabelecer o melhor sistema de leis, empenhar-se-á em estabelecer o melhor que o povo puder tolerar (*TMS*, p. 233).

A educação pública é o investimento que o governo pode fazer para diminuir a influência de facções e aumentar as chances dos cidadãos serem diligentes e construtivos em suas participações cívicas.

Um povo instruído e inteligente é, além disso, geralmente mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e estúpido... Estão mais dispostos a examinar, e mais capazes de descobrir as verdadeiras intenções das queixas interesseiras de facção e de sedição, e não nesse aspecto, menos susceptíveis de ser desencaminhados para qualquer oposição injustificada ou desnecessária às medidas do governo. Em países livres, em que a segurança do governo depende muito do julgamento favorável que o povo possa formar da sua conduta, tem necessariamente de ser da maior importância que não estejam na disposição de o julgar de modo irrefletido ou caprichoso (*WN*, p. 788).

Em uma sociedade construtiva, a confiança e a segurança são baseadas em respeito mútuo entre os cidadãos e entre os cidadãos e o Estado. É o amadurecimento dos cidadãos e do Estado, juntos, que possibilita o florescimento de uma sociedade comercial de livre mercado. É a confiança gerada por este amadurecimento da ética cívica e das instituições que torna possível para os indivíduos que entrem no sistema mercantil com a confiança de que a competição será um jogo de regras justas.

Quando a confiança é abalada, os indivíduos recuam e o sistema se contrai. Quando a confiança cresce, a energia individual e a criatividade são liberadas e o sistema cresce. Na visão de Smith, o progresso da humanidade deposita na confiança um tema central.

V. Sobre o papel da fé na filosofia moral de Adam Smith.

Smith é, acima de tudo, um empirista. Sua investigação da história é que fundamenta o argumento de que a humanidade tem progredido e a confiança desempenha um papel central nesse progresso.

A crença inabalável de Smith de que a perspectiva futura da humanidade é o progresso, contudo, não é empírica. Trata-se de um salto de fé.

Em meu livro *Adam Smith's Moral Philosophy* (EVENSKY, 2005), proponho que Smith é um deísta e que essa crença fornece a esperança para a sua perspectiva moral-filosófica.

Minha observação não encontrou uma aceitação universal. Considere o comentário de Sam Fleischacker: “Evensky suaviza as lacunas e tensões em Smith quando faz uma mudança infeliz na sua forma de interpretar, a qual geralmente é cuidadosa. Esta sua insistência em ver, nos textos de Smith, a mão de uma divindade benevolente, junto com uma visão demasiadamente otimista do progresso, geralmente não encontra uma evidência clara na qual basear tal interpretação” (FLEISCHACKER, 2007, p. 4). Eu respeito muito Fleischacker. Afinal, ele foi suficientemente perspicaz para escrever que entre os “muitos livros que tentam dar um panorama do *corpus* inteiro de Smith... O de Evensky é o melhor deles” (FLEISCHACKER, 2007, p. 1). Então, se não o convenci quando expus meu argumento da divindade, então, obviamente, ele poderia ser mais bem desenvolvido. Vou usar essa oportunidade para isso.

A confiança é um tema constante na análise moral-filosófica de Smith a respeito dos pré-requisitos para o progresso. *A fé não tem papel operacional na lógica dessa análise.* A fé, no entanto, é muito importante para o seu projeto.

A fé de Smith é a fonte da sua esperança a respeito da finalidade do homem, e a sua esperança é a fonte da sua energia intelectual. Ele leva a vida toda tentando retirar da história os princípios do progresso da humanidade, porque acreditava, como uma questão de fé, que a divindade benevolente projetou o universo com a humanidade sob os seus cuidados especiais e nos agraciou com a perspectiva futura de progresso: “A ideia desse Ser divino, cuja benevolência e sabedoria, eternamente, deu força e conduziu a imensa máquina do universo, assim como em todos os tempos, a produzir a maior quantidade possível de felicidade, é certamente o mais sublime entre os objetos da contemplação humana” (TMS, p. 236).

A narrativa de Smith da história humana não é uma narrativa absurdamente otimista de inexorável progresso, guiado por uma mão divina invisível. Cada capítulo dessa história inclui mudanças e reviravoltas,

estagnação, declínio e incontáveis tragédias. A divindade de Smith não guia o progresso. A divindade de Smith projetou a *oportunidade* para o progresso em termos humanos. Compreender essa oportunidade é responsabilidade da humanidade. Como Bittermann escreve:

Smith, juntamente com os seus contemporâneos, esperava que o mundo se tornasse mais inteligente, mais tolerante e mais humano com o declínio da superstição e o avanço do conhecimento... Smith era inegavelmente um “progressista”... Ainda assim o progresso não era automático. Ele não vislumbrou a Providência como auxílio direto no aprimoramento econômico e moral da humanidade. O homem tinha que agir por própria conta... O próprio trabalho de Smith como economista e filósofo foi [sê] intencional, e mais precisamente: contribuições em prol de tal progresso são intencionais (BITTERMANN, 1940, p. 733-734).

Smith se dedicou a esse trabalho, baseado na sua fé, e dele ganhou esperança; as vozes dessa fé e dessa esperança são ouvidas na sua obra de maneira constante.

Por exemplo, Smith deixa claro que, através de um critério puramente ético, a culpabilidade individual envolve a intenção. Mas, enquanto um assunto prático, avaliar a intenção ultrapassa as capacidades humanas. Nós não temos uma janela para a alma do outro.

Portanto, as ações (...) o Autor da natureza tornou-as os únicos objetos apropriados e aprovados de punição e ressentimento humanos. Sentimentos, intenções, afetos (...) são postos pelo grande Juiz dos corações para além dos limites de qualquer jurisdição humana, reservando-os unicamente ao conhecimento do seu próprio infalível tribunal. Mas todas as partes da natureza, se examinadas atentamente, igualmente demonstram o cuidado providencial de seu Autor; e podemos admirar a sabedoria e bondade de Deus até mesmo na fraqueza e insensatez dos homens (TMS, p. 104-106).

Geralmente, Smith nos lembra que há um projeto a respeito dos nossos sentimentos morais.

A felicidade dos homens, assim como de todas as outras criaturas racionais, parece ter sido o propósito original do Autor da Natureza quando os criou. Nenhuma outra finalidade parece digna da suprema sabedoria e divina benignidade que necessariamente lhe atribuímos; e essa opinião, a que chegamos

pela abstrata consideração de Suas infinitas perfeições, confirma-a mais ainda o exame das obras da Natureza, que parecem, todas, designadas para promover felicidade e proteger contra a desgraça. Mas, ao agirmos de acordo com os ditames de nossas faculdades morais, necessariamente buscamos os meios mais eficazes de promover felicidade dos homens, e por conseguinte se pode dizer que, em certo sentido, colaboramos com a Divindade, e na medida de nossas possibilidades fazemos avançar os projetos da providência. Ao agirmos de outro modo, inversamente, parecemos obstruir em certa medida o plano que o Autor da Natureza estabeleceu para a felicidade e perfeição do mundo... (*TMS*, p. 165-166).

Ele é de fato bem explícito sobre a fé neste desígnio.

Em toda parte do universo observamos os meios ajustados com o melhor artifício para os fins que devem produzir; e no mecanismo de uma planta ou corpo de animal, admira como tudo é planejado para promover os dois grandes propósitos da natureza: a manutenção do indivíduo e a propagação da espécie. Mas nesses, como em todos os objetos semelhantes, ainda distinguimos entre a causa eficiente e a causa final de seus vários movimentos e organizações. A digestão do alimento, a circulação do sangue, a secreção dos diversos sucos extraídos dele: todas essas são operações necessárias para os grandes propósitos da vida animal. Contudo, nunca tentamos explicá-las segundo esses propósitos, bem como segundo suas causas eficientes, nem imaginamos que o sangue circule, ou que a comida seja digerida por sua própria vontade, de acordo com a finalidade ou a intenção dos propósitos de circulação ou digestão. As engrenagens do relógio são todas admiravelmente ajustadas segundo o fim para o qual foi fabricado, ou seja, indicar a hora. Todos os seus vários movimentos são combinados da maneira mais sutil para produzir esse efeito. Se fossem dotadas de desejo ou intenção de produzir tal efeito, não o poderiam fabricar melhor. Todavia, nunca atribuímos a essas engrenagens tal desejo ou intenção, mas sim ao relojoeiro, e sabemos que são movidas por uma mola que planeja tão pouco quanto elas o efeito que produzem. Mas embora, ao explicarmos as operações dos corpos, nunca deixemos de distinguir dessa maneira a causa eficiente da causa final, ao explicarmos as do espírito tendemos a confundir essas duas coisas tão diferentes. Quando os princípios naturais nos levam a promover esses fins que uma refinada e esclarecida razão teria nos recomendado, temos a forte tendência de imputar a essa razão, como causa eficiente desses princípios, os sentimentos e ações pelos quais promovemos aqueles fins, e de imaginar que se trate da sabedoria do homem, quando na

realidade se trata da sabedoria de Deus. Segundo uma visão superficial, essa causa parece suficiente para produzir os efeitos a ela atribuídos; e o sistema da natureza humana parece ser mais simples e agradável quando todas as suas diferentes operações são dessa maneira deduzidas de um só princípio racional (TMS, p. 87).

Essa concepção do *design* deixaria orgulhosos Cleanthes, o defensor do argumento do *design* nos *Dialogues Concerning Natural Religion* de David Hume.

Há muitos lugares na obra de Smith onde, direta e claramente, atribui-se à benevolente divindade o *design* do universo, o chamado autor da natureza¹⁹. Smith reconhece tal analogia, ele acredita no *design*, mas não faz questão de usar Cleanthes na analogia da prova deste *design*. Além de não ser necessário, de fato, isso diminui a noção da fé. Para Smith, a fé é um salto da imaginação.

Smith não acredita que alguém consiga ver dentro da oficina da divindade e espiar os detalhes do *design*. Ele sabe que só pode imaginar, não conhecer, os princípios do *design*²⁰. Ele concebe que há mistérios para além da sua compreensão. Um indicativo do fato de que sua fé no *design* não representar “uma visão de progresso exageradamente otimista” é o mistério da miséria humana. Por que, no curso do progresso da humanidade, iria uma divindade benevolente pavimentar tão mal a estrada, com tantas falhas e com o sofrimento de tantas pessoas boas?²¹ Trata-se de um mistério que não abalou a sua fé²².

¹⁹ Um revisor escreveu: “Se Smith não tivesse ocultado sua opinião quanto às crenças religiosas, insinuado fortemente a Astronomia (‘superstição pusilânime’) ao longo da sua vida, desde 1744, ele teria permanecido desconhecido, por isso escreveu de modo que aparentasse conformismo religioso, mas se declarou ao aparentar ser ‘Cristão’, ‘Providencialista’, ‘Deísta’, ‘Estoico’ e um simpatizante da ‘Religião Natural’, tudo isso ao mesmo tempo (!), em ‘Moral Sentiments’. Ele deixou uma pista deliberadamente confusa; fez isso tão bem que muitos acadêmicos hoje ainda não vislumbraram o que ele queria”. Isso sugere que Smith era um cético religioso desde os seus primeiros dias e jogou estrategicamente ao longo da vida para disfarçar suas verdadeiras crenças. Eu acredito em uma percepção de Smith mais texturizada, algo consistente com suas circunstâncias biográficas e com a evolução do seu trabalho (e sua angústia em publicar os *Dialogues* para Hume), é que sua visão da religião evoluiu junto com, mas para além, daquela da igreja dos seus contemporâneos (ver: SHER [1985]) (uma igreja que ele admirava muito), de uma visão tradicional (como a da sua mãe) para uma que era mais alinhada com as observações de Philo nos *Dialogues*, para quem a crença na divindade não é um problema de prova doutrinal, mas de fé.

²⁰ Ver: EVENSKY (2005, cap. 1) para mais sobre o papel da imaginação nas investigações de Smith.

²¹ Ele cita “[O] desafortunado Calas” (TMS, p. 120) como um exemplo.

²² “Toda religião que reconhece um Deus que é todo-poderoso, absolutamente sábio, de tudo conhecedor e perfeitamente bom enfrenta o assim chamado problema do mal. Como a evidência abundante de sofrimento indesejado em seres sencientes (mal físico) e da perversão humana e suas

Nos *Dialogues* de Hume, o cético Philo, que faz o papel contra o argumento do *design* de Cleanthes, mina o argumento por analogia.

Quando duas *espécies* de objetos foram sempre observadas em conjunção, eu posso *inferir*, através do costume, a existência de uma sempre que *vejo* a existência da outra, e a isto chamo um argumento experimental. Mas pode ser difícil explicar como este argumento pode ter lugar quando os objetos, como acontece no presente caso, são únicos, individuais, sem paralelo ou semelhança específica. E irá alguém dizer-me, com ar sério, que um universo ordenado tem de surgir de um pensamento e arte semelhantes aos humanos, porque disso temos experiência? Para verificar este raciocínio, seria necessário termos experiência da origem dos mundos; seguramente não é suficiente termos visto barcos e cidades surgirem da arte e engenho humanos ... Poderás ter a pretensão de mostrar que há alguma similaridade entre a concepção de uma casa e a geração do universo? Já viste alguma vez a natureza numa situação que se assemelhe à disposição inicial dos elementos? Já alguma vez se formaram mundos sob o teu olhar? E tiveste tempo para observar todo o desenvolvimento dos fenómenos desde a primeira manifestação da ordem até à sua consumação final? Se tiveste, então indica a tua experiência e salva a tua teoria. (HUME, 1947, p. 149-151, ênfase no original).

Mas, enquanto Philo rejeita o caso empírico para o argumento do *design*, ele não rejeita a concepção de projeto.

Aqui, Cleanto, sinto-me à vontade com o meu argumento. Aqui triunfo. Inicialmente, quando argumentamos acerca dos atributos naturais da inteligência e desígnio, precisei de toda a minha subtilidade e metafísica para evitar a tua inteligência. Em várias perspectivas do universo e das suas partes, particularmente na última, a beleza e a conveniência das causas finais tocam-nos com força tão irresistível que todas as objecções parecem (o que realmente acredito que são) meras falácias e sofismas; nem podemos pois imaginar como pôde alguma vez ser possível para nós concedermos algum peso a essas objecções. Mas não há perspectiva alguma da vida humana ou da condição da humanidade a partir da qual possamos, sem a maior das violências, inferir os atributos morais ou apreender aquela benevolência infinita, conjugada com

consequências (mal moral) deve ser reconciliada com os divinos atributos? (Por que Deus permite o câncer, a guerra, a injustiça e assim por diante?) Respostas que diminuem qualquer um dos atributos são rejeitadas como heterodoxas... Uma investigação que busca demonstrar a possível coexistência de todos os atributos divinos é conhecida como *teodicéia*." (WATERMAN, 2002, p. 916, ênfase no original).

poder infinito e sabedoria infinita, a qual devemos descobrir apenas com os olhos da fé. (HUME, 1947, p. 201-202, ênfase adicionada).

Essa, eu acredito, é a posição de Smith. Nós não precisamos ter prova para ter fé. De fato, diminui a fé requisitar uma prova, porque reduz um ser de “infinita benevolência, conjuntamente com o infinito poder e a infinita sabedoria” ao reino finito da investigação empírica.

Na sexta edição da *Theory of Moral Sentiments*, publicada em 1790, Smith remove uma longa passagem da linguagem religiosa tradicional sobre Deus, sobre o arrependimento, as doutrinas da revelação e a expiação (*TMS*, p. 91-92, nota c-c) e a substitui com uma única sentença: “Em toda religião e em toda superstição que o mundo já suportou, de fato, existe tanto um Tártaro como um Elísio; um lugar para materializar a punição dos perversos, bem como um para a recompensa dos justos” (*TMS*, p. 91)²³.

A concepção de Smith da religião se torna menos institucionalizada, mesmo assim ele se agarra a sua fé pela sua utilidade psíquica, pela esperança que ela oferece. Reconhecendo que muito frequentemente os julgamentos da vida podem ser terrivelmente injustos (note outra vez o seu exemplo da injustiça perpetuada sobre Jean Calas em nome da religião [*TMS*, p. 120]), ele escreve em suas revisões à sexta edição:

(...) nossa felicidade nesta vida depende da humilde esperança e expectativa de uma vida vindoura, esperança e expectativa essas que, por se enraizarem na natureza humana, são as únicas a poderem amparar suas nobres ideias sobre a sua própria dignidade (...) Que existe um mundo vindouro (...) constitui uma doutrina em geral tão venerável, tão reconfortante para a fraqueza, tão lisonjeira para a grandeza da natureza humana, que o homem virtuoso, se tiver o infortúnio de dela duvidar, possivelmente não pode evitar de desejar, do modo o mais determinado e ardente, de nela acreditar (*TMS*, p. 132).

Tal salto de fé, ou ato de imaginação, vem de um homem virtuoso que duvida da doutrina institucionalizada do julgamento divino com a mesma tranquilidade e serenidade com que vê uma esperança semelhante de que a justiça será feita na “vida por vir”. É esse salto de fé que garante a Smith a

²³ Smith escreve em sua correspondência para Gilbert Elliot em 10 de outubro de 1759: “O homem é responsável perante Deus e suas criaturas companheiras. Mas apesar de o ser, sem dúvida, principalmente responsável perante Deus, na ordem do tempo, ele deve necessariamente conceber a si mesmo como responsável pelas suas criaturas companheiras, antes que possa formar uma ideia da divindade ou das regras pelas quais esse Ser Divino julgará a sua conduta” (*Correspondence*, p. 52).

esperança sobre a perspectiva futura de cada ser humano. É esse mesmo salto de fé que motiva a sua esperança e energiza o seu comprometimento com a perspectiva futura da humanidade como progresso²⁴.

Referências

- BITTERMANN, H. J. “Adam Smith’s Empiricism and the Law of Nature, II.” In: *Journal of Political Economy*, 48(5), p. 703-734, 1940.
- BUCHANAN, J. *The Economics and the Ethics of Constitutional Order*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.
- BUCHANAN, J.; TOLLISON, R. D.; TULLOCK, G. (eds.). *Toward a Theory of a Rent-Seeking Society*. College Station: Texas A&M University Press, 1980.
- EVENSKY, J. *Adam Smith’s Moral Philosophy: A Historical and Contemporary Perspective on Markets, Law, Ethics, and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- FLEISCHACKER, S. *On Adam Smith’s Wealth of Nations: A Philosophical Companion*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- _____. “Review of Adam Smith’s Moral Philosophy: A Historical and Contemporary Perspective on Markets, Law, Ethics and Culture.” In: BROWN, V. (ed.). *Adam Smith Review*. Volume 3. New York: Routledge Press, 2007.
- HUME, D. *Dialogues Concerning Natural Religion* (Norman Kemp Smith, ed.). Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1947.
- SHER, R. B. *Church and University in the Scottish Enlightenment: The Moderate Literati of Edinburgh*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

²⁴ Tendo perguntado “se essa crença em um Deus providencial diminui qualquer das reivindicações de Smith sobre como o fenômeno social funciona” (FLEISCHACKER, 2004, p. 44), a análise de Fleischacker o leva a concluir que as crenças de Smith: “(...) em um Deus providencial são claramente uma questão de fé, não algo pelo qual uma evidência empírica pudesse ser dada e elas servem mais a uma função moral do que científica. Tanto quanto eu possa ver, a menção a Deus ou à Providência não é necessária para o argumento de qualquer reivindicação empírica na TMS, muito menos qualquer reivindicação em WN que nem mesmo faça-nos usar uma linguagem religiosa e teleológica. A linguagem religiosa que sustenta explicações empíricas na TMS pode ser simplesmente o desenvolvimento da retórica, um nó para as convenções daquele tempo ou ela permitir aos leitores religiosamente inclinados verem como as explicações seculares, empíricas de Smith sobre a natureza humana, são compatíveis com a visão de que Deus estabelece e governa toda a natureza.” (FLEISCHACKER, 2004, p. 45) Eu concordo inteiramente até o ponto da explicação sobre a justificação para outros. Quando se refere à “benevolente divindade”, acredito que Smith está falando por si mesmo, não para a satisfação dos outros.

- SMITH, A. *The Theory of Moral Sentiments* (ed. D. D. Raphael, A. L. Macfie. (Volume 1 - D. D. Raphael; Andrew Skinner (eds.). *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1976a.
- _____. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (ed. W. B. Todd Volume 2 de D.D. Raphael; Andrew Skinner (eds.). *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*). Oxford: Clarendon Press, 1976b.
- _____. *The Correspondence of Adam Smith* (ed. Earnest Campbell Mossner; Ian Simpson Ross. Volume 5 de D.D. Raphael; Andrew Skinners (eds.). *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*). Oxford: Clarendon Press, 1977.
- _____. *Lectures on Jurisprudence* (ed. R. L. Meek, D. D. Raphael, and P. G. Stein Volume 5of D.D. Raphael and Andrew Skinner (eds.). *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*). Oxford: Clarendon Press, 1978.
- _____. *Essays on Philosophical Subjects* (ed. W. P. D. Wightman; J. C. Bryce Volume 3 de D.D Raphael; Andrew Skinner (eds.). *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*). Oxford: Clarendon Press, 1980.
- WATERMAN, A. M. C. "Economics as Theology: Adam Smith's Wealth of Nations." *Southern Economic Journal*, 68(4), p. 907-921, 2002.
- WILLIAMSON, O. "The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead". In: *Journal of Economic Literature*, 38(3), p. 595-613, 2000.

Email: jevensky@syr.edu

Recebido: 11/2024
Aprovado: 12/2024